

Governo pretende coibir abusos de planos de saúde

Aumentam denúncias sobre desrespeito ao Código do Consumidor

CARMEN KOZAK

BRASÍLIA — A diretora do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor (DPDC), Elisa Martins, disse ontem que a assessoria jurídica do órgão está concluindo um estudo sobre as medidas que podem ser adotadas para coibir os abusos das empresas de assistência médica. Elisa afirmou que o DPDC tem recebido muitas denúncias dos Procons estaduais sobre cláusulas contratuais que desrespeitam o Código de Defesa do Consumidor. Exemplificou com o aumento arbitrário das mensalidades de acordo com a faixa etária do associado. "Essa é uma cláusula abusiva, que não pode ser mantida nos contratos", protestou.

A ofensiva contra as empresas de assistência médica foi decidida, há dois meses, durante uma reunião do DPDC com representantes dos Procons. No encontro, concluíram que o

maior número de queixas do consumidor estava concentrado nas áreas de mensalidades escolares, contratos de aluguel e de seguro-saúde. Para enfrentar o abuso das mensalidades escolares, o DPDC solicitou à Secretaria de Direitos da Cidadania e Justiça, do Ministério da Justiça, o cancelamento de todos os títulos de utilidade pública concedidos a escolas particulares que tiverem lucros. No caso dos contratos de aluguel, a Secretaria de Direito Econômico (SDE) baixou uma súmula orientando os Procons a processar as imobiliárias que estejam cobrando, indevidamente, taxas contratuais dos locatários.

Elisa Martins não quis antecipar se, no caso dos planos de saúde, o departamento pretende optar por uma nova súmula orientando os Procons. A diretora, porém, advertiu que o DPDC "não vai admitir mais" a adoção de cláusulas contratuais unilaterais. Uma das cláusulas

que está sendo muito questionada é a que permite a alguns planos se recusar a custear o atendimento médico de associados portadores de doenças crônicas.

Direitos do paciente — O Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor vai incluir os direitos do paciente na campanha de esclarecimentos sobre o Código de Defesa do Consumidor. Ontem, Elisa Martins, recebeu do médico Christian Gauderer a relação dos principais problemas enfrentados pelos pacientes, por causa do desrespeito dos profissionais de saúde aos Códigos de Ética e de Defesa do Consumidor. Gauderer é autor do livro *Os Direitos do Paciente. Um Manual de Sobrevivência*, que também enumera as punições nesses casos. Por exemplo, o médico que não conceder ao paciente o seu prontuário poderá receber pena de um a seis meses de detenção.